

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.742 - SP (2019/0267214-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **SALUS SERVIÇOS URBANOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**
RECORRENTE : **OSVALDO VIEIRA CORREA**
ADVOGADOS : **VANESKA GOMES E OUTRO(S) - SP148483**
 VINICIUS BOZZETTI MAIORINI - SP330077
RECORRIDO : **ERNESTO LUIZ BETELLI**
RECORRIDO : **JUSSARA RODRIGUES MENDES BETELLI**
RECORRIDO : **MARCOS JOSE BETELLI**
RECORRIDO : **TEREZA CRISTINA BETELLI PICCOLO**
ADVOGADOS : **LUIZ NELMO BETELI E OUTRO(S) - SP131268**
 BENEDITO FERRAZ - SP159677
 ANNE CAROLINE RODRIGUES SANTOS - SP371576
 GABRIELA SILVA DAMASCENO FERREIRA - SP416341

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte
ementa :

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação monitoria - Cumprimento de
sentença - Decisão que determinou o bloqueio de concessão e uso de
cartões de crédito pelos executados - Insurgência dos interessados -
Cabimento - Medida coercitiva não justificada diante da possibilidade
de constrição patrimonial para satisfação do crédito evidenciada neste
juízo de cognição sumária - Ausência de demonstração da utilidade e
eficácia da providência que deve ser revertida - RECURSO
PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, apontam os recorrentes existência de dissídio
jurisprudencial, além de violação do artigo 139 do Código de Processo Civil. Argumentam
que buscam a prestação jurisdicional em prazo razoável e que os litigantes devem pautar seus
atos na boa-fé e no modo menos gravoso para o executado.

Afirmam que movem execução cujo montante exequendo é de R\$
1.239.186,91 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e
um centavos), acrescentam que, no curso da execução, os devedores não apresentaram bens

capazes de satisfazer o débito.

Alegam que esgotaram todas as tentativas para penhora de bens, sendo necessária a adoção de medida coercitiva da expedição às instituições bancárias para impedir contratação de cartões de crédito na titularidade dos devedores.

Da análise dos autos, observo que as alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

O Tribunal de origem reconheceu pela impossibilidade, no momento, de adoção de medidas indutivas ou coercitivas, haja vista não se atender aos princípios da utilidade, economia e menor onerosidade ao executado, conforme os trechos (fls. 73-74, e-STJ):

O Juízo de origem, no entanto, ao que se vê, priorizou o acatamento da medida coercitiva de bloqueio da obtenção e uso de cartões de crédito pelos agravantes.

Os agravados, em contraminuta, não lograram demonstrar como o bloqueio de cartões de crédito efetivamente terá efeito na satisfação da execução, quando há valores a serem transferidos para conta judicial do processo pela Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins, e há pesquisa patrimonial ainda não concluída por falta de apreciação do pedido pelo Juízo (fls. 8/16). Lado outro, neste juízo de cognição sumária, não há indícios de dissolução de patrimônio por parte dos devedores, ora agravados.

Todo esse contexto atribui à determinação de bloqueio de cartões de crédito o viés punitivo, e não voltado para eficaz satisfação do crédito a partir do patrimônio dos executados, objetivo do procedimento executório.

Assim, a medida coercitiva se mostra de fato desproporcional, desarrazoada e dissonante da orientação do art. 8º, do CPC, à qual se subsume a hipótese do art. 139, IV, desse mesmo diploma legal, impondo-se a sua revisão.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensinaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente.

2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 17/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE QUE SEJA SUSPENSA A CNH DO DEVEDOR COM BASE NO ART. 139, IV, DO CPC/2015. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA INADEQUAÇÃO DA MEDIDA PARA O FIM COLIMADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Tribunal estadual entendeu que a medida pleiteada - suspensão

Superior Tribunal de Justiça

da CNH dos recorridos - é inadequada para o fim colimado, pois é desproporcional no caso em tela, especialmente porque atinge a pessoa do devedor, não seu patrimônio. Essa conclusão foi fundada na apreciação fático-probatória da causa, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1233016/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/4/2018)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora